

VI ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Universidade e cultura

UFSM — Santa Maria, 21 a 25 de abril de 1992

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras, reunido em seu VI encontro nacional, tendo por base os trabalhos desenvolvidos por nove grupos temáticos, a saber:

Patrimônio Cultural (Museus/Memória)

Música

Artes Plásticas

Editoração - Difusão Cultural

Artes Cênicas

Práticas Esportivas, Recreativas e Lazer

Cinema, Vídeo, TV

Criação Literária

Questões institucionais, políticas e administrativas atinentes à gestão do setor artístico-cultural,

deliberou em assembleia plenária as seguintes recomendações e *proposições*, que passam a se constituir *conclusões do evento* e, ao mesmo tempo, *orientações às IES* e programa de trabalho às coordenações futuras do Fórum quanto às área artístico-cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL

O QUE SE DISCUTIU

- a) Conceituação de patrimônio *natural e cultural*; utilidade; uso dos conceitos.
- b) Priorização do museu no contexto das pesquisas institucionais (universidades).
- c) Os museus como hipótese de trabalho no âmbito da universidade/comunidade (a natureza dos museus).

- d) Universidade e diretrizes com relação ao patrimônio cultural que ela cria (seu patrimônio, conhecimento gerado) e o que ela recebe (patrimônio da comunidade).
- e) Guarda e preservação do museu.
- f) Museu como gerador de cultura. Dicotomia: peça/exposição e peça/pesquisa. Público participante.
- g) Política dos museus: condizente com os interesses da comunidade,
- h) Museu e interdisciplinariedade.
- i) Museu como patrimônio cultural, natural e memorial. Museu e ambiente.
- j) Museu como referência da universidade/comunidade - sistematização do saber.
- k) Museu e vontade política; sua vinculação com a política cultural da universidade e a atenção à política nacional e internacional de museus.
- l) O museu universitário como centro de pesquisa interdisciplinar e regional (o estudo do homem e seu modo de vida), m) Museu x "statuta" cultural. Valor do acervo como meio para a reflexão e reinterpretação cultural. Peça e mensagem/peça-símbolo.
- n) Visão dinâmica do museu.
- o) Experiência: foram citadas várias delas... Paranaguá (Goiânia); Piratini; Sudoeste da Bahia, Federal da Bahia; UFSM... O Plano Diretor da Chapada do Araripe (Cariri/Ceará) e da comunidade de Silveira (RS). Pelotas (UFPEL).

MÚSICA

RECOMENDAÇÕES

1. Que as Coordenações regionais do Fórum de Extensão incentivem a formação de *corredores culturais regionais* para fazer circular a produção cultural, recomendando também à Coordenação Nacional, a formação de *corredores* em nível nacional que possibilitem o intercâmbio entre as Instituições. Esse corredor compreende as 3 áreas de atuação das universidades: ensino, pesquisa e extensão;

2. Que a coordenação nacional crie um banco de dados que contenha a produção cultural específica de cada universidade, docentes e suas respectivas especializações e projetos desenvolvidos na área.
3. A publicação anual de um calendário de eventos na área de Música, que seja divulgado em todas as universidades;
4. Urgência na reformulação curricular dos cursos de licenciatura, com vistas à formação do profissional capacitado para atuar na linguagem específica de música, em nível de 1º e 2º graus, bem como gestionar junto às Secretarias de Educação dos Estados a retomada do ensino da disciplina sobre educação ambiental;
5. Incentivar a criação de programas de bolsa arte, nacionalmente padronizados com valores e quantidades compatíveis com as necessidades, reajustando-as de acordo com os níveis de inflação de forma a garantir a manutenção de orquestras, corais, conjuntos instrumentais, etc. Às universidades que já possuem estes programas recomenda-se adaptá-los ao padrão nacional a ser criado, com a maior brevidade possível.
6. Que as universidades que possuem orquestras, corais e outros grupos congêneres, e uma vez que a maioria se utiliza da relação informal de participação com seus componentes, criem mecanismos capazes de realizar concursos para a profissionalização dos seus músicos, instrumentistas e cantores.
7. Que seja priorizada a melhoria da infra-estrutura básica para a área musical através da destinação de recursos humanos e materiais sob a forma de rubricas específicas, que possam prover e manter convenientemente espaços, grupos, instrumentos musicais e equipamentos.

ARTES PLÁSTICAS

CONSIDERAÇÕES

- Considerando que as artes plásticas, e de modo mais amplo, as artes visuais são fator preponderante da estética e da visualidade na estruturação da cultura.
- Considerando que a universidade e massificação dos seus processos são a grande fonte da leitura do mundo, do qual o patrimônio cultural, na sua maior parte, é dela oriunda.

- Considerando que é a visualidade, ou seja, a visão, o mais importante dos sentidos pelo seu processo bio-psíquico de associação, onde a imagem sempre se coloca como memória e projeção.
- Considerando que a sua importância se afirma no contexto das expressões, por não ser efêmera e, cujo processo se dá quando e se materializa através da forma física, recomenda-se:

RECOMENDAÇÕES

- Como as outras expressões artísticas, seja considerada como atividade sociabilizadora de grande importância para a complementação cultural do alunado.
- Por se materializar em objeto concreto, seja considerada como instrumento importante na circulação de idéias e de expressões culturais.
- Sendo, por esta razão, objeto patrimonial fundamental na formação de memória museológica.
- Por se expressar em várias e diferenciadas técnicas, sejam estimuladas como suporte para outras práticas técnico-científicas e culturais.
- Que seu ensino e difusão objetivem as constantes tendências da contemporaneidade, inclusive no uso dos modernos instrumentos e novas tecnologias materiais, para atender não só a demanda do mercado profissional, mas assegurar sua perenidade.
- Que se processem também através das gestões problematizadoras, teóricas e filosóficas, objetivando, a crítica e a historiografia.
- Que atendam os objetivos da arte-educação, nos diferentes níveis sociais e econômicos neles inseridos, sem, contudo, perder de vista sua instrumentação cultural elevada.
- Que arte-cultural seja considerada efetivamente como elemento fundamental na formação do cidadão.
- Que as artes plásticas sejam consideradas como catalisadoras entre as várias faces da atividade acadêmica.
- Que se criem nas universidades sistemas de crédito obrigatório para as artes, e optativa nas suas várias expressões, a ser cumprido pelo estudante ao longo de sua formação profissional, objetivando uma complementação humanística.

- E por isso se reavaliem os cursos de educação artística e de arte, e que se implante estruturas para atender esta proposta nas universidades que não tem áreas artísticas no seu currículo.
- Que se enfatize a pesquisa teórica e prática das artes plásticas, envolvendo docentes e discentes, e que se promova intercâmbio entre universidades através da troca de exposição e experiência, objetivando sua difusão e teses acadêmicas.
- Que os currículos e as ações privilegiem o contexto sócio-histórico local e latino-americano, geralmente pouco ou nunca estudados.

PROPOSIÇÕES

- As universidades devem, através da arte - expressão comum e interdisciplinar -, extrapolar seus muros e se consorciar com a sociedade, numa permanente troca de experiências artístico-culturais.
- Que nos Fóruns de Pró-Reitores, cada universidade apresente sua avaliação sobre as atividades programadas em cada período.
- Que se cobre da Secretaria de Cultura da Presidência da República a liberação das taxas alfandegárias e a desburocratização na implantação de material artístico.
- Que se considere o texto das recomendações do VII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades do Nordeste, realizado em Salvador, e reafirmado no VIII promovido em Recife, no que se refere à cultura, como contribuição importante a este encontro em Santa Maria.

EDITORIAÇÃO

PROPOSIÇÕES

1. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IES públicas, deve celebrar um convênio com a EULAC (Associação das Editoras Universitárias da América Latina e do Caribe), através da Vice-Presidência para Área Atlântica, para viabilizar um programa de aperfeiçoamento de RH para Editoras Universitárias Brasileiras.
2. O Fórum deve promover um convênio com a ABEU (Associação Brasileira de Editoras Universitárias), a fim de participar da

Organização de programas de assessoramento e apoio para desenvolvimento de editoras universitárias de IES públicas.

3. Que as coordenações regionais viabilizem mostras itinerantes de capas de livro de editoras universitárias de IES públicas.

ARTES CÊNICAS

RECOMENDAÇÕES

1. Definição da Política Cultural em cada IES.
2. Apoio às iniciativas culturais já existentes no âmbito de cada IES (grupos de teatro, dança, música, etc.).
3. Alocação de recursos no orçamento de cada IES para a área cultural.
4. Criação de mecanismos para captação de recursos para projetos culturais das IES.
5. Que seja questionado junto à Secretaria da Cultura da Presidência da República para que as IES tenham um representante junto Conselho do Fundo Nacional de Cultura.

PROPOSIÇÕES

1. Que se crie através do Fórum o calendário cultural nacional, visando o conhecimento e intercâmbio das ações culturais.
2. Que sejam levantados os espaços culturais e seus respectivos equipamentos, em cada IES (teatros, auditórios, galerias, etc.), para fins de intercâmbio.
3. Que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão gestione junto à Secretaria de Cultura da Presidência da República a realização de Concursos Nacionais de Dramaturgia;
4. Que as IES promovam a criação de "Banco de Textos Teatrais", através de intercâmbio com instituições que já possuam esse organismo.
5. Que as IES, em suas políticas de ação cultural, estimule o apoio às manifestações locais e regionais como forma de resgate dessas culturas.
6. Que as IES possibilitem o uso de suas instalações físicas (auditórios, teatros, galerias, laboratórios, etc.) à comunidade em geral, como forma de democratização desses espaços.

7. Que as IES democratizem o produto de suas pesquisas e produções na área cultural, colocando-as à disposição da comunidade e contribuindo, assim, para a criação de público através de estratégias próprias.

8. Que se estimule a criação de um "Serviço de Produção e Extensão" em cada IES, com o objetivo de captar recursos para as produções próprias.

9. Que as IES possam criar e terem garantidas unidades acadêmicas específicas na área artística e cultural para trabalhos com ensino, pesquisa e extensão.

10. Que as IES intervenham enquanto produtoras nas áreas culturais que não sejam passíveis de produção comercial.

11. Que todas as IES criem o mecanismo da bolsa *trabalho/arte* em seu âmbito, como forma de incentivo aos pesquisadores e trabalhadores da área.

PRÁTICAS ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER

CONSIDERAÇÕES

Considerando que estas atividades devem:

- desencadear um processo permanente de investigação socialização do conhecimento e feed-back para o ensino da graduação e pós-graduação;
 - atender necessidades e interesses da comunidade previamente estudada como base populacional;
- recomenda-se:

RECOMENDAÇÕES

• Deva ser analisado e discutidos o papel das práticas esportivas, recreativas e de lazer, na universidade e fora dela, enquanto atividades que se incorporem no dia a dia das pessoas, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida, seja em termos de bem estar social ou de organização social.

• As práticas esportivas, recreativas e de lazer precisam ser entendidas e desenvolvidas como atividades efetivamente incorporadas na educação escolar.

- As instituições de ensino superior públicas devem elaborar projetos nesta área, objetivando o desenvolvimento de ações voltadas para realidade da região em que se inserem, no sentido de construir novas metodologias.

PROPOSIÇÕES

Transformar a universidade num espaço cultural onde tecnologias, experimentos, embates filosóficos e sociológicos, produções e apresentações artísticas, espetáculos, seminários e conferências, oportunidades de lazer diversificadas e vivência com a natureza, possam fazer parte permanentemente da vida da população interna e externa. Significa dizer que há necessidade de se começar a gostar do lugar em que se trabalha, quebrando-se a rotina de se suprir simplesmente o "carnet".

Nesse caso, a obrigatoriedade de cumprir créditos em educação física pode ser substituída pela prática permanente, como opção de lazer de interesse pessoal e coletivo.

Para que isto se efetive, é necessário que a proposta curricular dos cursos de graduação contemple a discussão e a prática de uma cultura de movimento, que se construa na vivência e na reelaboração dos conhecimentos existentes e na apropriação do repertório popular do fenômeno corpo-movimento.

Finalmente, a tarefa de investigação que a universidade possui, deve ser incrementada, e os seus resultados socializados com os diferentes grupos sociais, informais ou organizados.

Que seja dispensado da prática desportiva quem participa regularmente de atividades como: dança, coral, formação musical, artes plásticas ou outra da área de formação artístico-cultural;

A organização multidisciplinar, no sentido de desenvolver atividades ou projetos ligados a:

- saúde individual
- saúde coletiva
- educação para a saúde
- preservação e recuperação do meio ambiente.

CINEMA, VÍDEO E TV

CONSIDERAÇÕES

- Considerando que as questões que envolvem o processo imagético eletrônico, assim como as abordagens radiofônicas, é cada vez mais evidente a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas.
- Considerando que estes são utilizados como forma de transmissão de conhecimento e tecnológico, oportunizando assim a divulgação da cultura e fundamentalmente como estabelecimento e consolidação de poder.
- Considerando ainda o fato de que a televisão penetrou de tal forma na política, que mais nada se permite acontecer exterior a ela, ou seja, tudo acontece para a TV, e mais dentro da TV, elevando-a a postura de forma cultural do nosso tempo.

Atentas a essa realidade, as IES brasileiras há algum tempo, vem destinando recursos humanos e materiais em projetos e atividades na área de comunicação. Algumas já possuem rádios, televisões e periódicos, mantidos com dificuldades, embora com resultados satisfatórios.

Faz-se necessário observar a atuação desarticulada e descontinua das IES no que se refere à comunicação, e assumir o compromisso de romper com este processo avaliado como inicial e, partir para propostas mais arrojadas.

PROPOSIÇÕES

- Propõe-se uma comunicação mais interativa e conseqüentemente menos reativa, capaz de lidar com a defesa da universidade pública e com sua legitimação diante a sociedade civil.
- É chegada a hora de, conjuntamente, as IES encaminharem aos poderes públicos a reivindicação de *concessões de rádios* (AM e FM) e *televisões* (VHF e UHF) em todos os estados brasileiros. Partindo de Núcleos Regionais de Produção, sediados em diferentes regiões do País e de um Núcleo Central, a programação de rede de uma rádio e teve possa se tornar realidade.
- Percebe-se que os meios de comunicação de massa seriam um veículo de defesa da universidade pública e de sua legitimação enquanto instituição pública, assumindo assim um papel estratégico e prioritário para as IES brasileiras.

- O grupo temático ressalva que, por entender que a produção de cinema nas IES encontra-se impossibilitada de qualquer encaminhamento prático, posto que — mesmo dentro da área da cultura — não encontrava respaldo financeiro, sugerimos que a continuidade da produção em cinema nas IES, a questão laboratorial, bem como, a aquisição e manutenção de equipamentos para uso didático, deverá ser objeto de acurada reflexão por parte do Fórum de Pró-Reitores, que viabilizara *soluções a curto prazo e específicas para o enfrentamento da problemática do cinema*.

OBJETIVOS GERAIS

- Estabelecer um Sistema Nacional de Comunicação de prioridade das universidades públicas, com emissoras de rádio e tevê em todos os estados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Divulgar o produto universitário institucional e público;
- Evidenciar o trabalho tecno-científico e cultural desenvolvidos dentro das universidades públicas.
- Intercambiar conhecimento entre as várias áreas das universidades.
- Criar um banco de dados dos produtores ideográficos e dos acervos culturais acumulados nas instituições.
- Efetivar prioritariamente produtoras de vídeo e tevê como apoio didático pedagógico.
- Intensificar a articulação das universidades públicas com o meio social.
- Estabelecer mecanismos de integração entre as universidades públicas através do banco de dados.

METAS

- Estabelecimento de um Sistema Nacional de Comunicação de propriedade das Universidades Públicas, com pelo menos uma emissora de rádio e tevê por estado.

OPERACIONALIZAÇÃO NO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

- Realização de inventário de recursos humanos e materiais disponíveis nas universidades.
- Indicação dos Núcleos Regionais de Produção e do Núcleo Central, com base no inventário.
- Elaboração do projeto de viabilidade técnico-econômico.

OPERACIONALIZAÇÃO NO CRUB

- Negociação do projeto junto ao MEC e Secretaria Nacional de Comunicação.
- Consignação de recursos orçamentários e extra-orçamentários, já em 1992 para viabilizar o projeto.
- Coordenação de Encontro Nacional para levantar, debater e eleger as estratégias de marketing institucional das IES.

OUTRAS SUGESTÕES

- Todas as universidades públicas deverão ter uma produtora, visando instrumentalizar-se para uma futura tevê universitária;
- Criação de um prêmio regional e nacional de vídeo em suas diferentes categorias, como forma de incentivar as produções.

CRIAÇÃO LITERÁRIA

CONSIDERAÇÃO

- Entende-se que o processo de criação literária, como atividade extensionista no âmbito da Universidade, deve ser desenvolvido através do método conhecido como *oficina literária*. Nesse sentido, as Pró-Reitorias de Extensão devem organizar os esforços institucionais próprios, estaduais e municipais, bem como comunitários, no sentido da difusão do método, até que se torne programa permanente.
- Uma *oficina literária* tem por objetivo acelerar o processo de maturação da consciência artística, dando prosseguimento à disposição inicial e individual do aspirante à condição de escritor. Através de exercícios que se reiteram e se completam ao longo dos encontros, a técnica da escrita literária vai sendo assimilada, num processo que abrevia a aquisição intuitiva de esquemas

textuais naturalmente desenvolvidos por aqueles que, sem frequentarem qualquer curso de produção textual, formam-se escritores ao longo dos anos de ofício. Além de ser um núcleo motivador de realização artística, a *oficina literária* fornece a ferramenta ao escritor, que dispõe, assim pelo conhecimento da técnica, de uma gama maior de expedientes da Língua que enriquecem o texto e o tornam objeto de arte.

• A *oficina literária* se justifica pela ausência, nos programas curriculares, tanto do ensino fundamental, quanto do acadêmico, de um ensino voltado à criação do texto artístico. Compreendendo a peculiaridade do ensino formal, em qualquer uma das etapas, a oficina pode ser complementar ao tratamento dado ao ensino da Língua Portuguesa, à produção textual e à leitura. Pela experiência das oficinas já em andamento, o grupo sugere que as *oficinas literárias* devem ser constituir num autêntico "espaço cultural", para garantir a permanência da integração que os encontros possibilitam, resgatando a identidade dos "grupos" literários peculiares dos movimentos de vanguarda, cuja contribuição cultural atesta a eficácia desse procedimento. Para tanto, é necessário que disponha de um espaço físico próprio e adequado, além de um veículo de divulgação periódico que mantenha um contato e duradouro com o público.

PROPOSIÇÕES

Uma vez que se compreende ser necessário criar um *programa nacional* incentivo à formação e à manutenção das *oficinas* (não apenas de criação literária, mas de artes plásticas, ciências, musical, etc.), cujo órgão executor seria a Universidade, que forneceria os recursos humanos e infra-estrutura, além de intermediar recursos oriundos do MEC e/ou da Secretaria Nacional da Cultura, alguns pontos são fundamentais para que se garanta a eficiência do projeto:

A) PUBLICAÇÃO

Não se pode falar em *oficina literária* sem que haja algum tipo de publicação que recolha o produto final do trabalho de criação; seja livro, seja revista, seja folheto, algum material que sirva como instrumento de divulgação da produção artística é uma condição para a existência da oficina.

B) INDEPENDÊNCIA

É importante que a *oficina literária*, respeitadas as peculiaridades de cada universidade, preferencialmente não subordinada a um departamento acadêmico específico. Isso possibilita que a metodologia de trabalho seja conduzida sem o ranço acadêmico, supere o caráter de nula e possa, inclusive, ser conduzida ou motivada por escritores.

C) INTERCÂMBIO COM AS ESCOLAS DE 1º E 2º GRAUS

Para que haja bons escritores é necessário que haja bons leitores; ou, os bons escritores são bons leitores; faz-se necessário portanto o resgate do hábito da leitura. Por isso, a sugestão de que o produto final da produção literária das oficinas deva ser enviado as escolas, onde deverá ser trabalhado pelos professores e, num segundo momento, propiciar o encontro entre alunos-leitores e os autores. Com isso, também, haverá um estímulo, um prestígio à produção regional.

D) RECICLAGEM

Dos professores da área de comunicação e expressão (Língua Portuguesa, Redação, Literatura e Educação Artística), com o objetivo de fornecer estratégias de leituras e incentivo à criação textual.

E) CONVIVÊNCIA DE ÁREAS DE EXPRESSÃO

Em caráter interdisciplinar, através de pontos em comum, a *oficina literária* poderá estabelecer relação com a produção de outras oficinas de arte, inclusive dividindo o mesmo espaço físico.

F) ESCRITOR VISITANTE

Á semelhança da figura do professor visitante, que possam ser contratados, por tempo determinado, escritores de reconhecida capacidade literária (com obras publicadas) para ministrar a coordenação das *oficinas literárias*.

Uma vez transformada em programa nacional, a *oficina literária* poderá fornecer material artístico que circule pelos meios culturais do país. Com isso, revelará nomes de artistas da palavra que poderão dar o seu testemunho em outros pontos do universo cultural nacional, amplificando a difusão das artes. Para tanto, será importante a implan-

tacão de um projeto que selecione trabalho de escritores, através de concurso com etapas regionais, culminando com a premiação nacional. Os trabalhos concorrentes poderão ser reunidos em bancos de dados que sirvam como referência tanto de produção artística, como de autores, em antologias. Em face das dificuldades orçamentarias do poder público, é salutar a convivência com a iniciativa privada.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS, POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS ATINENTES À GESTÃO DO SETOR ARTÍSTICO-CULTURAL

I. CONSIDERAÇÕES

O grupo desenvolveu os trabalhos, aprofundando a discussão sobre 03 pontos básicos, que favorecem o desenvolvimento das práticas artístico-culturais nas universidades públicas, abordadas pelos demais grupos temáticos.

Inicialmente, o grupo buscou contextualizar a universidade, a extensão e a cultura, estando o papel da Instituição Universitária como "locus" de recursos humanos em todas as áreas do saber, através de atividades de pesquisa, de ensino (de graduação e pós-graduação) e de extensão. Nesse sentido, cabe à universidade, enquanto *instituição cultural*, produzir, preservar e difundir manifestações culturais, através de realização de programas de extensão.

II. PROPOSIÇÕES

MEDIDAS INSTITUCIONAIS INTEGRADAS

FINANCIAMENTO

Criação de suporte financeiro aos Projetos e Programas extensionistas de área artística cultural através de:

- acesso a recursos públicos: negociações permanentes com Ministérios, Secretarias e Congresso Nacional;
- acesso a recursos privados: empresa e outras instituições privadas;
- itens financiáveis: custeio de programas e projetos, bolsas de extensão, equipamentos e instalações.

ELABORAÇÃO DE CADASTRO ATUALIZADO DE AGÊNCIAS FINANCIADORAS

- agências públicas e privadas

- agências nacionais e estrangeiras, especificando as linhas de trabalho das agências.
- O cadastramento poderá ser montado a partir das informações enunciadas pelas universidades e consolidado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

DIVULGAÇÃO

- Recensar a produção artístico-cultural das universidades.
- Montar banco de dados da produção artístico-cultural nas coordenações regionais e nacional.
- Divulgar as informações coletadas, através de periódicos, revistas, FAX, disquetes e outros (incluir nas informações, as atividades de extensão, as agências financiadoras e os dispositivos legais de interesse da Extensão).
- Promover a difusão de informação sobre programas de extensão das Universidades Públicas, acessando afetivamente os meios de comunicação, em especial a TVE e rádios educativas.

INTEGRAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA NA ÁREA ARTÍSTICO-CULTURAL

- Criação de redes culturais inter-universitárias: circulação de espetáculos, filmes, exposições, publicações, mostras e outros.
- Realização de programas de seminários específicos itinerantes.
- Cadastramento de equipamentos e instalações e dos recursos humanos especializados, na área, por universidade.
- Levantamento de setores de carência, na área artístico-cultural por universidade para elaboração de programa integrado de assessoria e treinamento interuniversitário.
- Garantia de programa anual de suporte financeiro para deslocamento dos grupos e dos equipamentos.

PAPEL POLÍTICO DO FÓRUM NACIONAL

JUNTO À SCPR

- Reivindicar a representação das Universidades Públicas na comissão Nacional de Incentivos à Cultura e nos Conselhos de Cultura, por indicação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.
- Solicitar esclarecimento dos mecanismos de acesso das universidades públicas aos benefícios da Lei Rouanet.

- Solicitar apoio político e assessoramento técnico para os programas regionais elaborados pelas universidades públicas na área de arte e cultura, através do IBAC, IBPC, FBM, FCP E FCRB.

JUNTO AO MEC

Aprofundar relações com a SENESU e SENEb para articular linhas de financiamento para Projetos na área de Letras, Artes e Desportos visando a formação de recursos para a rede pública de ensino de 1º e 2º graus.

JUNTO À SND

Estudar a viabilidade de acesso à Secretaria Nacional de Desporto para propor intercâmbio com as universidades públicas visando a estabelecer linhas de atuação comum.

JUNTO AO CRUB E ANDIFES

Promover articulação com o CRUB e a ANDIFES para viabilizar projetos de interesse da extensão que demanda ação política integrada das universidades públicas.

RELAÇÃO INTERFÓRUMS

Promover articulação entre os demais Fóruns Nacionais de Pró-Reitores para promoção de estudos conjuntos visando o aperfeiçoamento do modelo de alocação de recursos do MEC - SENESU em discussão.

OUTRAS RECOMENDAÇÕES

- Promover estudo no sentido de estabelecer indicadores apropriados à mensuração e avaliação das atividades de extensão, visando interferir no modelo de alocação de recursos financeiros proposto pela SENESU.
- Elaborar Projeto Piloto a partir das contribuições dos Grupos Temáticos deste encontro e outras contribuições das universidades públicas para constituição da Rede Nacional Inter-Universitária de Artes e Cultura.
- Desenvolver concomitantemente, programa de rede regional e/ou inter-regional para subsidiar o Projeto Piloto.
- Redigir documento para enviar as TVs educativas, sensibilizar para divulgação e cobertura das atividades de extensão. Remeter cópia para IFES integrantes do Fórum.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

- Instituir Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores.
- Montar pasta de documentos relevantes para os trabalhos realizados durante os Encontros Nacionais e Regionais (legislação, relatórios, etc.).
- Elaborar e distribuir os Anais dos Encontros Regionais trinta dias após a sua conclusão e dos Encontros Nacionais noventa dias antes de sua realização.
- Instituir subcoordenadores regionais e subcoordenador nacional.
- Eleger o coordenador nacional por voto direto dos Pró-Reitores e/ou representantes credenciados pelas respectivas universidades.
- Autorizar a Coordenação Nacional a delegar competências específicas às Coordenações Regionais para contatos oficiais e/ou elaboração de projetos de interesse da área de extensão.

MUDANÇAS NO REGIMENTO DO FÓRUM APROVADAS PELA PLENÁRIA DO VI ENCONTRO

Art. 4 - (Caput permanece)

Parágrafo 1 - A Coordenação Nacional e as cinco Coordenadorias Regionais terão seus respectivos subcoordenadores.

Parágrafo 2 - A Coordenação Nacional terá uma Secretaria Executiva

Art. 5 - O Coordenador Nacional e seu respectivo subcoordenador serão eleitos durante a reunião anual ordinária dentre os membros natos do Fórum.

Parágrafo 1 - São considerados eleitores todos os Pró-Reitores das Universidades Públicas ou seus representantes credenciados presentes à reunião anual.

Parágrafo 2 - Em caso de coincidir a eleição de um Coordenador Regional, o Subcoordenador respectivo assumirá a Coordenação da Região.

Parágrafo 3 - Os Coordenadores Regionais e seus respectivos subcoordenadores serão eleitos dentre seus pares, durante os Encontros Regionais e serão empossados na reunião anual ordinária do Fórum Nacional.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.